X SIP
X SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
A luta pelo direito à educação:
sentidos, políticas e formação docente
ISSN: 1981-30311
29/10 a 01/11/2024
MACEIÓ - ALAGOAS - BRASIL
CEDU
UFAL

ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO RACISMO NA ESCOLA

Elaine Cristina dos Santos Lima
IFAL
elainecdsl@gmail.com
Talvanes Eugênio Maceno
UFAL
talvaneseugenio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nossa investigação tem por objetivo abordar alguns elementos iniciais acerca da relação entre a formação sócio-histórica do Brasil e os fundamentos históricos do racismo contra o negro na sociedade brasileira. Entendemos que a apreensão dos fundamentos do fenômeno do racismo, tal qual ele se apresenta no Brasil, exige a análise da estruturação do desenvolvimento capitalista brasileiro. Bem como, o estudo de como se dá a inserção da força de trabalho escrava negra em íntima relação com processo mencionado. Compreendemos também que o tratamento dessa problemática é necessário, tanto para traçar estratégias de enfrentamento ao racismo na esfera escolar, quanto para formar nos alunos a compreensão dos fundamentos da sua estruturação na sociedade brasileira.

2 OBJETIVOS

O texto em tela tem objeto problematizar a relação entre o racismo existente contemporaneamente no Brasil e o processo de formação da sociedade brasileira, no quadro do sistema global do capital. Desta forma, visa apreender os fundamentos que originam o racismo no mundo e particularmente no Brasil. Tal investigação pretende, em última instância, contribuir na construção de bases para reflexão das origens do atual racismo, com vistas a combater a sua manifestação no interior da educação formal.

3 METODOLOGIA

ISSN: 1981-30311

O presente trabalho é uma investigação teórica, cujo o estudo crítico orientou-se por um referencial histórico e marxista. Nesse sentido, a pesquisa teve por base o referencial teórico e metodológico fundado em Marx.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O racismo contra o negro tem um caráter universal. Contudo, ao nosso ver, no Brasil ele assume uma manifestação particular dessa universalidade que constitui o racismo. Por isso mesmo, a forma como ele ocorrerá na sociedade brasileira tem que ser compreendida na íntima relação que a formação social brasileira mantem com o desenvolvimento do sistema global de relação social capitalista.

A não igualdade "racial" é expressão máxima da inexistência da igualdade em geral. Em nenhuma formação social de classes, seja do passado, seja do presente, existiu ou existe igualdade entre os indivíduos. Isto, por si só, é facilmente constatável. Todavia, dizer isso não explica a hierarquização da desigualdade no interior das sociedades e, em especial, na sociedade capitalista. Na base dessa relação desigual encontra-se o negro. Isso demonstra que o racismo a que os negros são submetidos guarda relação direta com a dimensão econômica da sociedade. Em outras palavras, a condição de socialmente inferiorizados atribuída aos negros em todos os espaços e complexos sociais é um reflexo da inferiorização econômica a que foram e são submetidas as populações negras.

A necessidade imperiosa do capital de assegurar sua reprodução em seu processo histórico de acessão no século XV em diante, encontra na distinção de cor e no domínio colonial das populações africanas, a base material da produção predatória de mais-trabalho e da apropriação de riqueza. Neste contexto, de expansão mercantil, o que virá a se constituir em Brasil, torna-se um dos polos onde esse processo de exploração da força de trabalho negra (e, por essa via, de produção de capital mercantil) irá se realizar. Embora ocorra no Brasil, a acumulação da riqueza aqui gerada se concentra nos polos dominantes, essa é a lógica do sistema colonial, como assinala Marx, (2013, p. 823). Dessa maneira, a objetivação do capitalismo no Brasil

ISSN: 1981-30311

tem um desenvolvimento particular que o difere do desenvolvimento capitalista clássico, de estados nacionais, como Inglaterra e França, por exemplo.

Isso ocorre porque há uma unidade dialética entre singular, particular e universal. O sistema do capital, enquanto universalidade é uma síntese das determinações singulares. A forma particular assumida pelo modo de produção capitalista nas mais diversas formações sociais é maneira pela a qual a relação entre universalidade e singularidade do capitalismo se expressa. Nesse sentido, a relação dialética entre essas dimensões é ineliminável, todavia, não há identidade entre elas. Dessa maneira, as formações capitalistas particulares são a materialização concreta da totalidade capitalista, do mesmo modo que são dimensões constituidoras da universalidade do sistema, em uma relação de determinação recíproca. Essa dialética do desenvolvimento do real por Marx captada (2011, p. 41-61), explica porque não existe igualdade entre as diversas formações sociais da totalidade capitalista, bem como demonstra que isso não é um defeito do sistema, mas a forma como o modo de produção do capital se reproduz enquanto um sistema global. Esse pressuposto é fundamental para compreendermos que o Brasil se insere, desde sua origem, no processo de gênese do capitalismo, desenvolvendo-se enquanto uma formação capitalista, entretanto, de caráter dependente e subordinado.

Como já no início da década de 1940 observava Prado Jr. (PRADO, P. 1985), a diferença substancial entre o desenvolvimento rumo ao capitalismo da formação brasileira e das Estados Nacionais centrais não significa nenhum anacronismo, ao contrário, corresponde às necessidades de realização do modo de produção do capital. Como afirma Prado Jr. (1978. p. 68.), toda a configuração da montagem do processo de colonização do Brasil estrutura-se para atender as necessidades acima mencionadas. Desse modo, a expansão mercantilista tem como objetivo a rápida e grandiosa (tanto quanto possível pelo limitado desenvolvimento das forças produtivas) acumulação de capital e para isso, lança mão de meios não puramente capitalistas, como a subsunção formal do trabalho ao capital que trata Marx. É nesses termos que Marx aponta o caráter “capitalista” dessa forma de escravidão, “A escravidão de negros – uma escravidão puramente industrial –, que, em todo caso, desaparece com o desenvolvimento da sociedade burguesa e é com ela incompatível” (2011, p. 168).

ISSN: 1981-30311

Essas determinações da universalidade do capital em ascensão, somadas às peculiaridades próprias do Brasil, tais como, a dimensão continental do território (que impendia uma exploração pelo mecanismo de colonato) e a ausência inicial de produtos naturais ou de produção dos povos originários com valor grandiosamente lucrativo para o comércio europeu da período mercantilista, configuraram a maneira pela qual a exploração da força de trabalho colonial se processou. São essas necessidades econômicas do centro capitalista que vão presidir a "escolha" da monocultura de cana-de-açúcar como atividade econômica da colônia e a adoção da força de trabalho escrava, não apenas escrava, mas escrava negra, como instrumento de produção de capital comercial. Há, portanto, da perspectiva do capital, uma necessidade econômica da escravidão conforme esclarece Williams (2012, p. 33).

Some-se a isso, o fato de que o comércio escravo negro é, por si só, uma atividade econômica importante e altamente rentável (até antes mesmo do início da colonização do Brasil), como demonstra Williams (2012, p. 63-88). Não é por outra razão que a escravidão indígena no Brasil não será a forma adotada de força de trabalho na produção monocultura colonial agroexportadora. Adotar a escravidão dos povos originários, de modo predominante, implicaria restringir o comércio metropolitano de escravos negros, o que se chocaria frontalmente com a lógica de acumulação de capital no centro explorador. Por outro lado, se adotada essa alternativa impulsionaria o desenvolvimento de um mercado interno, no qual o capital gerado tenderia a se concentrar na própria colônia, obstaculizando a razão de ser do monopólio e do exclusivismo metropolitano que caracterizava o sistema colonial, como ressalta Novais (1986. p. 105).

Apenas quando o capitalismo supera sua fase comercial e adentra à sua fase industrial é que a escravidão, **enquanto forma predominante** de exploração do centro do sistema sobre a periferia, torna-se de fato anacrônica. Nessa nova fase, ao contrário da anterior, a escravidão passa a ser um obstáculo à realização da circulação do capital (que se completa na venda da mercadoria) e ao desenvolvimento das força produtivas do capital. A relação de trabalho assalariada, a moderna escravidão, torna-se, na fase do capitalismo industrial e no quadro da sua universalização, uma forma de produção de riqueza mais eficiente e mais barata que a escravidão direta.

ISSN: 1981-30311

Contudo, “essa escravidão moderna” possui uma hierarquização de exploração. Nem todos os explorados o são do mesmo modo. Na base dessa exploração estão os negros e entres esses, as mulheres negras.

O racismo universalmente estrutural, tem contornos ainda mais gritantes na realidade brasileira, justamente, pela forma como o Brasil se inseriu no sistema global do capital, isto é, de forma subordinada, dependente e tendo por base econômica o trabalho escravo negro. Objetivamente, a população negra no Brasil constitui o maior contingente de pessoas encarceradas, periféricas e desempregadas. Como reflexo deste passado e desta realidade o racismo contra o negro atinge todas as camadas sociais e dos os complexos sociais da sociedade brasileiro, inclusive, o complexo da educação.

Nas instituições de educação básica, assim como no ensino superior, a concepção de inferiorização do negro é presente. Parte-se de um pressuposto tácito de que o negro é feio, é menos inteligente e que o lugar a ele destinado, são as posições sociais mais simples e de baixa remuneração. A educação, de um modo geral, não reconhece que a posição desprivilegiada e subordinação imposta aos negros é socialmente produzida e reproduzida e não um fenômeno natural ou transcendental. A própria escola é um espaço onde as raízes do racismo é ocultada e a racialização é reproduzida. Como nos diz FERNANDES, (2020, p 41) “temos de avançar com ânimo firme e decidido para libertar a educação e o Brasil das fortalezas do privilégio, do atraso e da opressão”, é trazer à tona a história é fundamental nesse processo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que ascensão do modo de produção capitalista é o fundamento do racismo contra os negros. Para além da desigualdade intrínseca a esse sistema, soma-se a utilização do negro enquanto força de trabalho escrava fundamental para o processo de acumulação de capital na fase mercantil do capital. O fim da era mercantilista elimina a escravidão como forma predominante de exploração do trabalho nas formações sociais, entretanto, torna a moderna escravidão, isto é, o trabalho assalariado, como modo hegemônico de produção da riqueza concentrada. Essa transformação necessária à fase industrial do capital não elimina o racismo

ISSN: 1981-30311

contra o negro, mas ao contrário, o mantém, agora não mais mediante a explícita defesa de uma diferença essencial entre negros e brancos, mas sob o manto legal de uma igualdade formal entre ambos. A igualdade formal não elimina a real desigualdade. Isso fica evidenciado na explicitada alocação social dos negros na base da desigualdade, que os fazem constituir a imensa maioria dos lumpemproletariados, dos encarcerados e dos trabalhadores mais mal remunerados. No caso brasileiro, a desigualdade real é ampliada pelo passado escravista que reforça a apreensão social do negro como sub-raça. Superar essa quadra histórica é, portanto, tarefa crucial da humanidade.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. Expressão Popular: São Paulo. 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo. 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo. 2013.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 4.ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 6.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **História econômica do Brasil**. 32.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Companhia das Letras: 2012.